



## Ata nº 003/2017/Ordinária/ConsUni

1 Aos 3 dias do mês de outubro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Bloco  
2 A, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos  
3 Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a III sessão ordinária do Conselho  
4 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada e presidida pelo  
5 magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto  
6 Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alberto Sanyuan  
7 Suen, representante suplente docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais  
8 Aplicadas (CECS); Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Ana Cláudia  
9 Andreotti, representante suplente discente de pós-graduação; André Ricardo Oliveira da  
10 Fonseca, representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição  
11 (CMCC); Annibal Hetem Júnior, diretor do CECS; Arilson da Silva Favareto, representante  
12 docente do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante suplente docente do  
13 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Bruno da Rocha Rodrigues Costa,  
14 representante discente de graduação; Carlos Eduardo Ferreira Machado, representante suplente  
15 discente de graduação; Cedric Rocha Leão, representante docente do CECS; Charles Morphy  
16 Dias dos Santos, representante docente do CCNH; David Correa Martins Junior, representante  
17 suplente docente do CMCC; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais  
18 de Sá, representante docente do CCNH; Fernando Costa Mattos, pró-reitor de assuntos  
19 comunitários e políticas afirmativas; Fernando Rocha Nogueira, representante suplente docente  
20 do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Giorgio Romano  
21 Schutte, representante docente do CECS; Isis Mustafá de Assis, representante discente de  
22 graduação; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Jeroen Schoenmaker,  
23 representante docente do CECS; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Júlio  
24 Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Kleber Ferreira, representante dos técnicos  
25 administrativos; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto de graduação; Leonardo Lira Lima,  
26 representante dos técnicos administrativos; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de  
27 pesquisa; Maria Isabel Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Mauro  
28 Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Paloma Breit dos Santos, representante  
29 discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos  
30 administrativos; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante docente do CMCC;  
31 Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, representante docente do CCNH; Ronei Miotto, diretor  
32 do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatiana Lima  
33 Ferreira, representante docente do CMCC; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de  
34 planejamento e desenvolvimento institucional e Yossi Zana, representante docente do CMCC.  
35 **Ausências justificadas**: Luís Paulo Bresciani, representante da comunidade civil. **Ausentes**:  
36 Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil e Max Mario  
37 Fuhlendorf, representante discente de pós-graduação. **Não votantes**: Alice de Paula Gonçalves,  
38 discente; Anapatrícia de Oliveira Morales Vilha, docente; Deonete Rodrigues Nagy, técnica  
39 administrativa da Pró-Reitoria de Graduação; Flávio Rocha, docente; Patrícia Muritiba, docente;  
40 Soraya Cordeiro, secretária-geral e Vanderli Correia Prieto, docente. **Apoio administrativo**:

41 Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos e Natália  
42 Paranhos, assistentes em administração e Thiene Pelosi Cassiavillani secretária executiva da  
43 Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a  
44 sessão às 14h20, passando a palavra para a secretária-geral, Soraya, que explica sobre os  
45 procedimentos para utilização dos novos microfones. **Informes da Reitoria:** 1) professor Klaus  
46 justifica a ausência do professor Dácio Roberto Matheus, vice-reitor, que está afastado em  
47 período de campanha para concorrer nas eleições para Reitoria. No ensejo, convida professor  
48 Ronei Miotto para compor a Mesa; 2) informa que, na próxima semana, dia 10 de outubro, terça-  
49 feira, ocorrerá a primeira continuação da presente sessão. Porém, tal reunião terá início às 16h,  
50 uma vez que a Reitoria recepcionará diversas autoridades naquela data, às 14h. Ainda, a  
51 continuação seguinte da sessão ocorrerá no dia 9 de novembro, quinta-feira, às 14h; 3) informa  
52 sobre a triste notícia do falecimento do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),  
53 professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Explica que o reitor cometeu suicídio e, antes de  
54 concretizar essa escolha, relatou que isso se deveu aos acontecimentos que levaram a sua prisão.  
55 Professor Klaus afirma que foi publicada na grande mídia a acusação de que o reitor teria  
56 participado de desvios de recursos da ordem de 80 milhões de reais. Porém, o reitor Cancellier  
57 declarou firmemente sua inocência, apontando que o que estava sob investigação havia  
58 acontecido há anos e que ele havia assumido a Reitoria da UFSC apenas no ano de 2016.  
59 Afirmou, ainda, que, apesar de sua inocência e colaboração com as investigações, foi preso, e  
60 que essa prisão foi amplamente divulgada, o que prejudicou sua reputação de maneira  
61 irreparável. Professor Klaus acrescenta que a Associação Nacional dos Dirigentes das  
62 Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do dia anterior, 2 de outubro, declarou três  
63 dias de luto pelo reitor Cancellier. Como manifestação do luto das universidades federais,  
64 professor Klaus solicita que se faça um minuto de silêncio em homenagem ao reitor. Após a  
65 homenagem, professor Klaus solicita à Soraya que leia a Nota de Pesar da Andifes [cuja íntegra  
66 encontra-se disponível no Anexo I desta ata]. Após a leitura, professor Klaus afirma que, caso o  
67 Conselho julgue pertinente, a UFABC poderá subscrever a Nota. Em discussão, menciona-se que  
68 o processo de redemocratização do país foi interrompido, considerando-se terrível o ocorrido na  
69 UFSC e solicitando-se que a UFABC não adote o mesmo estado policialesco que ocorre fora de  
70 seus muros. Conclama-se para que o Ministério Público Federal não seja acionado  
71 indiscriminadamente. Ainda, solicita-se que a Nota seja publicizada no site da UFABC.  
72 Ademais, propõe-se que a UFABC subscreva a Nota, conforme sugerido por professor Klaus. A  
73 Mesa acata a proposta, entendendo que o Conselho subscreve a nota da Andifes e informando  
74 que ela será publicada no site da UFABC; 4) Soraya informa que serão realizadas eleições para  
75 escolha dos novos conselheiros da categoria discente. Acrescenta que, para isso, o ConsUni  
76 necessitará homologar a composição da Comissão Eleitoral, cuja composição será proposta pela  
77 Secretaria-Geral na reunião do dia 10 de outubro; e 5) a secretária-geral ainda informa haver  
78 alguns equívocos na convocação encaminhada aos Conselheiros para a presente sessão e passa a  
79 palavra para a chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane, que explica que, nos itens 4, 5 e 6 da  
80 Ordem do Dia, onde se lê “Resolução” deve-se ler “Ato Decisório”. Ainda, no item 13 da Ordem  
81 do Dia, a chamada deve ser “Criação das Licenciaturas Interdisciplinares”, não “Resultado do  
82 Edital Reitoria nº 59/2016 chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de  
83 licenciatura na UFABC”. **Informes dos Conselheiros:** 1) professor Ronei Miotto informa que o  
84 curso de Licenciatura em Filosofia passou por avaliação do Ministério da Educação (MEC) e  
85 obteve nota 5. Parabeniza o corpo docente do curso, os alunos, e todos que contribuíram para a

obtenção da nota; 2) professor Alexandre Kihara comunica que foi divulgado, no dia 19 de setembro, o resultado da avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que conceitua os programas de pós-graduação de todo o país. Acrescenta que dos 22 (vinte e dois) programas avaliados, 6 (seis) obtiveram aumento em seus conceitos e apenas 1 (um) obteve um conceito menor: os programas Ciência e Tecnologia/Química, Nanociências e Materiais Avançados, Energia, Ensino e História das Ciências e da Matemática passaram a ter nota 5. Ainda, o Mestrado do programa Ciência da Computação passou a ter nota 4, o que também ocorreu com o Mestrado em Biotecnociência. Ressalta que tais resultados representaram a melhor avaliação da história da UFABC. Parabeniza todos os envolvidos nos programas e todos os esforços dos que se envolveram em atividades de pós-graduação desde o início da Universidade até o momento. Professor Klaus parabeniza todos os coordenadores dos programas que tiveram suas notas aumentadas, bem como os coordenadores da Licenciatura em Filosofia. Informa que a mensagem de parabéns também foi manifestada no último editorial do *Comunicare*, em que destacou a resiliência da UFABC, que consegue melhorar suas avaliações mesmo em um cenário de profunda crise econômica e política. Ainda, na edição anterior do editorial, informa que havia escrito sobre os riscos da judicialização dos debates internos que poderiam ser resolvidos por meio de uma conversa racional e que acabam por ocupar os órgãos e instâncias internas de controle; 3) professor Giorgio Romano informa ter tido início, nesta data, a III Semana de Relações Internacionais, evento organizado pela UFABC em conjunto com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Acrescenta que o evento ocorre anualmente com sede alternada entre as universidades. Convida todos a participarem das atividades, que serão realizadas no Bloco Beta, em São Bernardo do Campo. Em relação ao informe de professor Alexandre Kihara, comenta que o rebaixamento da nota do Doutorado do Programa de Ciências Humanas e Sociais (PCHS) foi inesperado e implica em seu descredenciamento, porém, há um indicativo de receptividade do Comitê Interdisciplinar da CAPES em realizar uma nova avaliação. Afirma estar certo de que, com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG), o PCHS manterá seu Doutorado. Professor Kihara informa haver, ainda, um prazo para recurso, o que será realizado. Ainda, outros programas que mantiveram suas notas entrarão com recurso por acreditar que as notas podem ser melhoradas. Professor Gilberto Maringoni esclarece que o programa possuía nota 4 (quatro). Porém, o mestrado foi rebaixado para 3 (três) e o doutorado para 2 (dois), o que acarreta no descredenciamento deste. Uma comissão foi montada para examinar o ocorrido e verificou-se ter havido um equívoco na contagem de publicações dos docentes e, ainda, a entrada de novos docentes no programa, no último ano, fez com que a relação entre orientadores e orientandos se tornasse baixa excepcionalmente nesse período. Desse modo, o programa entrará com um recurso e está certo de que o descredenciamento será suspenso; 4) professor Fernando Costa Mattos solicita que o único item da pauta suplementar, “Minuta de ato decisório que suspende o efeito do inciso V do parágrafo 2º, do Art. 1º da Resolução ConsUni nº 121, de 30 de setembro de 2013.” seja promovido à Ordem do Dia, uma vez que ele interfere no Edital de Ingresso 2018, que deve estar finalizado entre os meses de outubro e novembro. Professor Klaus questiona se algum conselheiro se opõe. Nesse momento, professor Alberto Suen passa a palavra à professora Anapatrícia de Oliveira Morales Vilha, que solicita a premência na análise do item 11 da Ordem do Dia, “Proposta da Agência de Inovação ao Programa de Apoio à Propriedade Intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)”, uma vez que há um problema em relação a prazos, por conta do calendário da FAPESP. Ainda, o

representante discente, Bruno Costa, solicita a apreciação do item 13 da Ordem do Dia, “Criação das Licenciaturas Interdisciplinares” como primeiro item da pauta, uma vez que houve bastante discussão e análise anterior acerca do assunto. Após as solicitações, professor Giorgio Romano opõe-se à alteração da ordem dos itens na pauta, uma vez que diversos docentes do curso de Relações Internacionais não poderão permanecer na reunião por conta do evento que será realizado no *campus* São Bernardo do Campo. Ainda, professor Edson Pimentel manifesta-se contrariamente à análise do item 13 da Ordem do Dia no início da reunião, uma vez que considera prudente que a apreciação do Projeto Pedagógico Institucional da UFABC ocorra antes da criação das Licenciaturas Interdisciplinares. Após discussões, professor Klaus explica que o remanejamento de itens dentro de uma mesma seção da pauta é prerrogativa da Presidência do Conselho e questiona se algum conselheiro se opõe à promoção do item da pauta suplementar à Ordem do Dia. Não sendo o caso, informa que os itens serão apreciados na seguinte ordem: i) ata da II sessão ordinária de 2017, realizada nos dias 27 de junho e 18 de julho de 2017; ii) ata da I sessão extraordinária de 2017, realizada no dia 4 de julho de 2017; iii) ata da II sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada no dia 25 de julho de 2017; iv) minuta de ato decisório de criação do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais; v) minuta de ato decisório de criação do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção; vi) minuta de ato decisório de criação do programa de Pós-Graduação em Administração; vii) minuta de ato decisório que suspende o efeito do inciso V do parágrafo 2º, do Art. 1º da Resolução ConsUni nº 121, de 30 de setembro de 2013; e viii) proposta da Agência de Inovação ao Programa de Apoio à Propriedade Intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); e 5) a representante discente de graduação, Paloma, informa a respeito do desligamento de alunos, publicado no Boletim de Serviço nº 685, de 22 de setembro de 2017. Afirma que um recurso contra o desligamento foi encaminhado à Comissão de Graduação (CG) e negado. Argumenta que, com essa decisão, a UFABC desrespeita os princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que desconsiderou elementos relevantes referentes aos casos dos alunos desligados, os quais eram de conhecimento apenas da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) e não da Comissão Mista que deliberou acerca dos casos, conforme preconiza a Resolução ConsEPE nº 166, que normatiza o desligamento dos alunos por decurso dos prazos máximos para progressão e integralização nos cursos de graduação. Ainda, menciona que a Resolução ConsEPE nº 166 é frágil, pois permite interpretações diversas. Explica haver casos em que uma diferença de 4 (quatro) créditos determinou o desligamento ou não de discentes e que não foram levadas em consideração questões de saúde e de trabalho. Ainda, menciona o Art. 57 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: “O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.”. Clama por respeito aos discentes e solicita que haja uma recomendação ao ConsEPE para que reveja a Resolução ConsEPE nº 166, uma vez que a Corregedoria, em seu Juízo de Admissibilidade nº 39/2017, publicado no Boletim de Serviço nº 689, de 3 de outubro de 2017, apontou diversas falhas na normativa. Professor Leonardo Steil afirma que a solicitação de recurso não foi acolhida pela CG porque a Resolução ConsEPE nº 166 não prevê uma nova instância de recurso, conforme parágrafo 2º do Art. 8º: “O recurso será julgado por comissão mista, composta pelo menos por um docente, um técnico-administrativo e um discente, selecionados dentre os membros da Comissão de Graduação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias letivos após sua nomeação, e o resultado será publicado no Boletim de Serviço da UFABC, sem possibilidade de novo recurso”. Ainda, ressalta que a

176 normativa é de outubro de 2013 e sua primeira aplicação se deu apenas agora, por terem  
177 decorrido os 9 (nove) quadrimestres para os ingressantes de 2014. Acrescenta que os critérios da  
178 Resolução são muito objetivos e claros e, inicialmente, 147 (cento e quarenta e sete) discentes  
179 foram desligados, dos quais 110 (cento e dez) interpolaram recursos e desses, 81 (oitenta e um)  
180 foram deferidos e 29 (vinte e nove) indeferidos. Desse modo, é o entendimento da ProGrad não  
181 haver instrumentos legais para uma segunda revisão da decisão tomada pela comissão instaurada.  
182 A representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, passa a palavra para a servidora da  
183 ProGrad, Deonete, que explica que a DEAT, que realiza apoio pedagógico a alunos, encaminhou  
184 a lista de alunos a serem desligados para a Comissão Mista em maio de 2017. Acrescenta que  
185 essa Comissão possui um prazo de 90 (noventa) dias para concluir os trabalhos, período no qual  
186 se realizam as matrículas em disciplinas e os ajustes de matrícula. Desse modo, foi permitido aos  
187 alunos comparecer às aulas por mais um quadrimestre e, ainda, realizar a matrícula para o  
188 terceiro quadrimestre de 2017. Porém, a decisão final foi publicada a uma semana do início das  
189 aulas, o que, em sua opinião, não foi o mais apropriado, uma vez que, caso soubessem da decisão  
190 anteriormente, os discentes poderiam ter realizado inscrição no Exame Nacional de Ensino  
191 Médio (ENEM) ou em outra universidade. Prossegue, afirmando que a DEAT, ao verificar o  
192 ocorrido e receber reclamações dos discentes, retirou da lista de jubilação quinze deles, alguns  
193 com problemas psiquiátricos. Desse modo, questiona a objetividade dos critérios, uma vez que  
194 esses casos não são considerados pela Resolução. Quanto à legalidade, menciona a Lei °  
195 9.784/1999, outrora mencionada pela discente Paloma, apontando ilegalidade na decisão da  
196 UFABC. Ainda, solicita que a data de divulgação da lista de discentes desligados esteja expressa  
197 no Calendário Acadêmico, uma vez que a última lista foi publicada em período de recesso.  
198 Professor Klaus informa haver assuntos de extrema importância na pauta da reunião e, desse  
199 modo, encerra as inscrições para falas a respeito desse tópico. Ainda, recomenda que o assunto  
200 seja tratado no ConsEPE e na CG. O representante discente de graduação, Bruno, afirma ter  
201 conversado com a pró-reitora de graduação, Paula Tiba, que o orientou, afirmando que a  
202 ProGrad apenas respeitara a norma posta. Ainda, ele questiona se a UFABC realmente  
203 considerará uma normativa interna que é ilegal. Por fim, questiona a Mesa se há algo que possa  
204 ser feito no âmbito do ConsUni. A representante discente de graduação, Isis, passa a palavra à  
205 discente Alice de Paula, que informa haver alunos que, mesmo não atingindo os critérios  
206 estabelecidos pela Resolução, não foram jubilados. Desse modo, afirma que os alunos não  
207 entendem como esses critérios são determinados como base para uma decisão e são utilizados  
208 para alguns e não para outros. Acrescenta que nenhum dos alunos jubilados foi chamado para  
209 prestar esclarecimentos ou para uma conversa e que a publicação da lista foi durante o recesso.  
210 Desse modo, cada um dos discentes jubilados tem o direito de entrar com recurso no ConsEPE e,  
211 depois, também no ConsUni. O representante dos técnicos administrativos, Leonardo Lira Lima,  
212 apresenta sua interpretação acerca da possibilidade de recurso para os discentes. Ele afirma que o  
213 caso permite tanto revisão administrativa, como recurso, uma vez que o recurso administrativo  
214 pode se dar pelas vias próprias, em que seria utilizado o trâmite que a Resolução prevê, mas  
215 também pelas impróprias, em que a autoridade executiva da ProGrad poderia receber o recurso e,  
216 com base na casuística fundamentada, acatá-lo. Afirma, ainda, que a Lei 9.784/1999 permite  
217 diversas possibilidades de modo a ajudar os alunos que foram prejudicados. Professor Leonardo  
218 Steil esclarece que a DEAT não retirou deliberadamente alunos da lista de jubilação, mas que ela  
219 realiza o acompanhamento dos alunos e notifica aqueles que estão em risco de jubilação com  
220 antecedência de, ao menos, dois quadrimestres pela via de comunicação oficial, o e-mail

221 institucional. Ressalta que não se enviam telegramas. Quanto à legalidade da regra, afirma que  
222 ela deve ser discutida no ConsEPE e não cabe à ProGrad realizar esse julgamento. Ainda,  
223 comenta que o sistema de gestão acadêmica não permite uma análise diversa da que foi  
224 realizada, uma vez que há mais de 13.000 (treze mil) alunos na Universidade. Porém, espera que  
225 o sistema que está sendo implantado possa alterar esse quadro. Acrescenta que os alunos  
226 retirados da lista de jubilação foram aqueles que interpolaram recursos, os quais foram  
227 analisados pela Comissão Mista, que entendeu ser possível acatá-los por considerar haver  
228 possibilidade de tais alunos concluir o Bacharelado Interdisciplinar (BI) nos 6 (seis) anos  
229 máximos previstos. Afirma que o fato de os discentes terem trazido o tópico ao ConsUni não foi  
230 por orientação da CG, mas por iniciativa própria. Quanto ao recurso administrativo, reflete ser  
231 necessário um estudo sobre o assunto, de modo a se estabelecer caminhos não previstos  
232 anteriormente. Professor Ronei Miotto comenta não haver dúvida acerca das boas intenções da  
233 Comissão Mista, porém, não se pode negar instâncias de recurso. Informa que, em conversa com  
234 o reitor, verificou ser possível que a solicitação de suspensão da jubilação dos discentes seja  
235 colocada como ponto de pauta do ConsEPE, ao que professor Klaus reitera a informação,  
236 afirmando se tratar de um assunto de responsabilidade do ConsEPE e recomendando a submissão  
237 àquela instância. **Ordem do dia:** Ata da II sessão ordinária de 2017, realizada nos dias 27 de  
238 junho e 18 de julho de 2017. Professor Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha comunica ter  
239 encaminhado para a Secretaria-Geral a solicitação de pequena alteração na redação referente a  
240 sua fala nos informes dos conselheiros. A chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane, informa que a  
241 solicitação foi acatada. Não havendo mais comentários, o documento é encaminhado para  
242 votação e aprovado com 1 abstenção. Ata da I sessão extraordinária de 2017, realizada no dia 04  
243 de julho de 2017. Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e  
244 aprovado com 2 abstenções. Ata da II sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada no dia 25  
245 de julho de 2017. Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e  
246 aprovado com 2 abstenções. Minuta de Resolução de criação do programa de Pós-Graduação em  
247 Relações Internacionais. Professor Alexandre Kihara relata o histórico das discussões do  
248 programa, tendo passado pela Comissão de Novos Cursos de Pós-Graduação (CNPG), Comissão  
249 de Pós-Graduação (CPG), pelo Conselho do CECS (ConCECS) e pelo Conselho de Ensino,  
250 Pesquisa e Extensão (ConsEPE) e em todas as instâncias o curso obteve aprovação e recebeu  
251 sugestões para aprimoramento do texto, estando a proposta bem alinhada para a criação. Passa a  
252 palavra ao professor Flávio Rocha de Oliveira que apresenta a proposta de criação de mestrado  
253 disciplinar em Relações Internacionais com Área de Concentração em Política Internacional.  
254 Informa o quadro da pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil e no estado de São  
255 Paulo. Apresenta as 3 (três) linhas de pesquisa: “Direitos Humanos”, “Segurança Internacional e  
256 Geopolítica” e “PEB e Interação Regional Latino-Americana”. Cita os objetivos-gerais e  
257 específicos do programa, bem como seu público-alvo. Finaliza explanando sobre o corpo  
258 docente e suas titulações e índice de produtividade. Professor Annibal comunica que o  
259 ConCECS avaliou muito bem a proposta e menciona o interesse do Centro na criação do  
260 programa. Em discussão, sugerem-se as seguintes propostas de alteração do projeto pedagógico:  
261 a) retirar do projeto as menções às ofertas de disciplinas em cada quadrimestre, tendo mais  
262 liberdade para as alocações didáticas. Acatada; b) incluir no projeto texto que mencione que o  
263 processo seletivo será realizado por edital anual. Acatada; c) retirar do texto os projetos de  
264 pesquisa e colocar como anexo do projeto. Acatada. Professor Klaus informa que o plano do  
265 curso é de responsabilidade do ConsEPE e se houver alterações no projeto o documento precisa

266 retornar ao ConsEPE para nova deliberação. Ainda em discussão, questiona-se o impacto no  
267 programa de Ciências Humanas e Sociais, que teve sua nota rebaixada na avaliação quadrienal,  
268 com o credenciamento de seus docentes também no curso de Relações Internacionais. Nesse  
269 sentido é preocupante que os docentes não se dediquem aos dois programas de maneira adequada  
270 e as produções sejam diminuídas. A área demandante esclarece que não foi realizado estudo para  
271 esse impacto, mas em conversas os docentes credenciados nos dois programas garantiram que se  
272 dedicarão de forma igualitária aos dois cursos. Findas as discussões, o ato decisório para a  
273 criação do curso é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução  
274 de criação do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Professor Alexandre  
275 relata que o programa seguiu os trâmites de passagem pela CNPG, CPG, ConsCECS e ConsEPE,  
276 sendo aprovado em todas as instâncias. Relata ainda que esse programa já havia sido aprovado  
277 pela Universidade, porém, não foi aprovado pela CAPES, por esse motivo a proposta foi  
278 totalmente reformulada e está em discussão novamente. Passa a palavra para a professora  
279 Vanderli Correia Prieto que agradece a todos pela oportunidade, apresenta os objetivos da  
280 proposta e a estrutura do curso que contém sua área de concentração em Engenharia de Produção  
281 e as linhas de pesquisa: “Manufatura Avançada, Qualidade e Engenharia de Produto-MAQEP”,  
282 “Modelagem, Otimização, Simulação e controle de Sistemas-MOS” e “Gestão de Operações e  
283 Logística-GOL”. Apresenta ainda os requisitos para obtenção do grau em Mestre em Engenharia  
284 de Produção, a formação do corpo docente, perfil e atuação do corpo docente, produção  
285 científica e projetos de pesquisa do corpo docente. Finaliza relatando as melhorias da proposta  
286 em relação à anterior. Professor Annibal comunica que o ConCECS avaliou a proposta e  
287 menciona o apoio dos docentes e o interesse do Centro na criação do programa. Em discussão  
288 são sugeridas as seguintes alterações no texto do projeto: a) na página 17 onde se lê “trabalho de  
289 conclusão final” leia-se “dissertação de mestrado”. Acatada; b) alterar na página 41 as  
290 numerações dos artigos para numerações de itens. Acatada. As alterações acatadas serão  
291 realizadas por meio de Errata do Ato Decisório do ConsEPE que aprovou o Plano de Curso. Sem  
292 mais manifestações, o ato decisório para a criação do curso é posto em votação e aprovado por  
293 unanimidade. Minuta de Resolução de criação do programa de Pós-Graduação em  
294 Administração. Professor Alexandre apresenta o histórico das aprovações, iniciado pelo Edital na  
295 CNPG, CPG, ConCECS e ConsEPE. Passa a palavra à professora Patrícia Muritiba que  
296 apresenta a motivação e a justificativa para a criação do curso da UFABC. Informa que a  
297 proposta possui área de concentração em gestão organizacional e duas linhas de pesquisa:  
298 “Organizações” e “Desenvolvimento e Sustentabilidade”. Apresenta ainda a viabilidade da  
299 proposta atendendo a todos os critérios da CAPES para aprovação, além da grande demanda  
300 interna e externa à UFABC. Professor Annibal informa que o programa foi muito bem avaliado  
301 pelo Centro, além do apoio de todos os técnicos administrativos. Em discussão, diversas falas  
302 reafirmam a importância do programa para os técnicos administrativos da UFABC e que se tenha  
303 vagas destinadas a esses servidores. Questiona-se também sobre o Mestrado em rede, que  
304 poderia ser uma forma de ingresso. A área demandante esclarece que foi realizada uma consulta  
305 informal à Procuradoria Federal, devido ao curso ainda não estar criado, questionando sobre a  
306 possibilidade de estímulos para que os servidores técnicos administrativos participassem,  
307 podendo ser por meio de reserva de vagas, processo seletivo simplificado e outros. Foi  
308 informado que não é recomendável ter incentivos formais à servidores da Instituição, pois na  
309 Constituição Brasileira consta que a universidade pública deve oferecer ensino gratuito podendo  
310 ter sistemas de cotas ou processo seletivo simplificado para as minorias menos favorecidas da

311 população, o que não é o caso dos servidores. Mesmo assim, caso o curso seja criado, ainda será  
312 realizada uma consulta formal. Afirma ainda que por ser um Mestrado Profissional em  
313 Administração é um programa que pode ser adequado para várias áreas de formação, diferente de  
314 um mestrado acadêmico em área específica e que será feito um esforço para que se consiga ter  
315 algum incentivo permitido. Quanto ao Mestrado Profissional em Rede, os existentes não são na  
316 área de Administração pura e, mesmo assim, estão sendo reavaliados os critérios podendo ser  
317 descredenciados. É sugerido ainda que após o curso aprovado seja pensado num mecanismo de  
318 capacitação ao servidores técnicos administrativos, ao invés de uma reserva de vagas. A área  
319 demandante informa que essa proposta de capacitação já havia sido feita e está em andamento  
320 um edital enviado à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura, que poderá ser utilizado para todos os  
321 programas de pós-grauação. Cita-se também a importância dos convênios da UFABC com  
322 empresas que podem ser ampliados após a criação do curso. Ainda em discussão, são propostas  
323 as seguintes alterações no projeto pedagógico: a) corrigir na página 4, as informações  
324 divergentes entre a periodicidade da oferta do curso e o processo seletivo. Acatada; b) na página  
325 20, onde se lê “trabalho de conclusão de curso” leia-se “dissertação”. Acatada. Sem mais  
326 manifestações, o ato decisório de criação do curso é encaminhado para votação e aprovado com  
327 1 abstenção. Minuta de ato decisório que suspende o efeito do inciso V do parágrafo 2º, do Art.  
328 1º da Resolução ConsUni nº 121, de 30 de setembro de 2013. Professor Fernando Mattos  
329 apresenta a Resolução ConsUni nº 121, que prevê a implantação de sistema de cotas para pessoas  
330 com deficiência e que, a partir de 2018, estabelece a reserva de 5% das vagas dos Bacharelados  
331 Interdisciplinares (BIs) para este fim. Relata que, ano passado, houve uma proposta, aprovada  
332 neste Conselho, para manutenção da reserva em 3%, como era em 2015, tendo em vista as  
333 dificuldades encontradas no acolhimento destes estudantes. A partir de então, foram realizadas  
334 amplas discussões e tomadas ações objetivando estruturar o setor de acessibilidade para retomar  
335 o percentual previsto na resolução. Entretanto, no final de 2016, foi aprovada a Lei nº 13.409, de  
336 28 de dezembro de 2016, que introduz cota para pessoas com deficiência (PCD) junto às  
337 direcionadas para pessoas negras, pardas e indígenas. Assim, estima-se que haverá um aumento  
338 no ingresso de pessoas com deficiência no próximo ano e, por isso, propõe-se manter, mais uma  
339 vez, a cota específica para PCD em 3%. Apresenta números e afirma que a previsão é que o  
340 aumento seja entre 1,5% e 2% na quantidade de pessoas com deficiência ingressantes; portanto,  
341 na prática, serão acolhidos os 5% previstos na Resolução, os quais a UFABC já estava se  
342 preparando para receber. Em discussão, são feitos questionamentos relativos às estimativas  
343 realizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), ao que  
344 professor Fernando apresenta os dados. Também se questiona quanto à UFABC estar preparada  
345 para receber esta quantidade de pessoas pelas cotas, ao que é esclarecido que, com o auxílio da  
346 Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA), foi realizada uma reestruturação do núcleo e  
347 remanejamento de recursos, assim como aumento na equipe, de forma que houve aumento no  
348 preparo para acolhimento destes discentes. É solicitado ao demandante que sejam  
349 disponibilizados cursos para capacitar os servidores a lidar com as PCD, e professor Fernando  
350 informa que está prevista a oferta de dois cursos para este fim pela Universidade Estadual  
351 Paulista (Unesp), um básico e um avançado. Sugere-se substituir o termo “sistema de cotas” por  
352 “sistema de reserva de vagas”, o que é acatado pela área demandante. Findos os esclarecimentos,  
353 o documento é votado e aprovado com 1 abstenção. Proposta da Agência de Inovação ao  
354 Programa de Apoio à Propriedade Intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de  
355 São Paulo (FAPESP). Professora Anapatrícia Vilha apresenta a proposta, informa que o pedido

356 foi motivado pela necessidade de adequação da UFABC a um edital da Fundação de Amparo à  
357 Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) acerca de um Programa de Apoio à Propriedade  
358 Intelectual, na modalidade capacitação, cujo objetivo é capacitar os grandes núcleos de inovação  
359 tecnológica do Brasil e gerar boas práticas internacionais de gestão da propriedade intelectual e  
360 de transferência de tecnologia. Informa que o programa possui 2 fases, das quais a Universidade  
361 participou da 1°, quando foram realizadas visitas aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de  
362 universidades do Chile e, agora, está adentrando a 2° fase, quando é necessário propor um  
363 projeto de pesquisa que considere atividades de aprimoramento e desenvolvimento das nossas  
364 áreas de propriedade intelectual em um projeto com prazo para execução de até 36 meses.  
365 Apresenta lista de possíveis temas para o projeto. Informa que a FAPESP exige contrapartida  
366 para a manutenção dos resultados do projeto e das atividades por ela implementadas no NIT  
367 durante a execução do projeto e por pelo menos dois anos após o término das atividades, que  
368 deve ser garantida em carta aprovada pelo órgão colegiado superior da Instituição e apresenta  
369 uma projeção dos orçamentos destinados às atividades de proteção de direitos de propriedade  
370 intelectual e à capacitação do pessoal do quadro do NIT, como segue: em 2017, R\$24.149,00;  
371 2018, R\$27.624,00; 2019, R\$35.387,00; 2020, R\$43.228,40; 2021, R\$55.099,51; 2022,  
372 R\$63.129,17. Por fim, apresenta o Art. 18 da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Em  
373 discussão, são realizados questionamentos relativos à quantidade de patentes da UFABC em  
374 comparação com outras instituições, ao que a área demandante informa os números e explica que  
375 a diferença é considerável, mas que ocorre em função das demais instituições, em geral, que tem  
376 um tempo de atuação mais longo do que a Agência de Inovação da UFABC. Ainda, perguntam  
377 se existe alguma sanção para o caso de a contrapartida não ser realizada, tendo em vista o atual  
378 contexto econômico e político do país. Professora Anapatrícia informa que não existe penalidade  
379 prevista, mas há a expectativa da FAPESP que deve ser atendida. Findos os esclarecimentos, o  
380 item é votado e aprovado com 2 abstenções. Ratificação do relatório de gestão da FUNDEP  
381 2016, avaliação de desempenho Fundep biênio 2016/2017 e autorização para recredenciamento  
382 da FUNDEP como fundação de apoio da UFABC. Os itens são relatados em conjunto pela chefe  
383 da ACIC, Patrícia Guilhermitti. Explica que, atualmente, a fundação de apoio da UFABC é a  
384 Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), que foi a responsável por gerenciar os  
385 recursos para a criação da UFABC, em 2006 e, desde então, mantém parceria com a UFABC.  
386 Ainda, em 2009, a FUNDEP tornou-se a fundação de apoio da Universidade. Como fundação de  
387 apoio, a FUNDEP realiza a gestão de projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFABC e de  
388 outras treze afiliadas. Entre os anos de 2016 e 2017, relata que a FUNDEP gerenciou,  
389 aproximadamente, 25 milhões de reais de 21 projetos de pesquisa da UFABC e  
390 aproximadamente 9 milhões de reais de 17 projetos de extensão. Ressalta, ainda, que, desde o  
391 ano de 2010, os valores pactuados com a Fundação somam mais de 48 milhões de reais. Por fim,  
392 informa que o credenciamento da FUNDEP deve ser renovado anualmente e que o trâmite para  
393 tal é demorado. Ainda, a documentação deve ser encaminhada ao Grupo de Apoio Técnico  
394 (GAT) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com 120 dias  
395 de antecedência. Após esclarecimentos, os três itens são encaminhados separadamente para  
396 votação e aprovados, cada um, por unanimidade. Como nenhum dos participantes deseja fazer  
397 uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 17h57.-----  
398 Aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2017, no horário das 16h , na sala dos Conselhos,  
399 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados,  
400 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III

401 sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente  
402 convocada e presidida pelo magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes  
403 **conselheiros**: Adalberto Mantovani M. de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura;  
404 Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro  
405 de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos  
406 Jr, representante suplente docente do Centro Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Cedric  
407 Rocha Leão, representante docente do CECS; Charles Morphy Dias dos Santos, representante  
408 docente do CCNH; David Correa Martins Junior, representante suplente docente do Centro de  
409 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá, representante  
410 docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante suplente docente do CECS;  
411 Francisco de Assis Zampirolli, representante suplente docente do CMCC; Gilberto Maringoni de  
412 Oliveira, representante docente do CECS; Isis Mustafá de Assis, representante discente de  
413 graduação; João Gabriel Coelho, representante discente de graduação; Júlio Francisco Blumetti  
414 Facó, pró-reitor de administração; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos;  
415 Leonardo Lira Lima, representante dos técnicos administrativos; Luiz de Siqueira Martins Filho,  
416 representante suplente docente do CECS; Luiza Fegadolli Nunes da Silva, representante suplente  
417 discente de graduação; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Marcelo  
418 Bussotti Reyes, vice-diretor do CMCC; Maria Isabel Vendramini Delcolli, representante dos  
419 técnicos administrativos; Mauro Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Max  
420 Mário Fuhlendorf, representante discente de pós-graduação; Paloma Breit dos Santos,  
421 representante discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos  
422 técnicos administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Rafael Ribeiro Dias Vilela  
423 de Oliveira, representante docente do CMCC; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha,  
424 representante docente do CCNH; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Silvio Wenceslau Alves da  
425 Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Tatiana Lima Ferreira,  
426 representante docente do CMCC; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de  
427 Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Ausências justificadas**: Dácio Roberto  
428 Matheus, vice-reitor; Luis Paulo Bresciani, representante da comunidade civil; Roberto  
429 Venegeroles Nascimento, representante docente do CMCC. **Ausentes**: Arilson da Silva  
430 Favareto, representante docente do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC;  
431 Jeroen Johannes Klink, representante docente do CECS; José Antonio Souza, representante  
432 docente do CCNH; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade  
433 civil; Thiago Leite Gonçalves, representante discente de pós-graduação. **Não votantes**: Jeroen  
434 Schoenmaker, representante docente do CECS; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto de  
435 graduação; Soraya Cordeiro; secretária-geral. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves,  
436 chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em  
437 administração e Thiene Pelosi Cassiavillani secretária executiva da Secretaria-Geral. Havendo  
438 quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 16h18 convidando  
439 o professor Luiz de Siqueira Martins Filho à compor a Mesa. Passa a palavra para a secretária-  
440 geral, Soraya, que apresenta a sugestão dos seguintes nomes para a composição da Comissão  
441 Eleitoral para eleição de representantes discentes de graduação e pós-graduação dos Conselhos  
442 Superiores de acordo com os dispostos da Resolução ConsUni nº 156: Fábio Willy Parno,  
443 discente de graduação; Geovane Oliveira de Sousa, discente de pós-graduação; Natália Paranhos  
444 Caoduro, assistente técnica administrativa da Secretaria-Geral e Carlos Alberto Silva servidor do  
445 Núcleo de Tecnologia da Informação. Sugere ainda que a servidora Natália Paranhos Caoduro

446 atue como presidente da Comissão. Não havendo manifestações, a composição da Comissão  
447 Eleitoral é referendada pelo Conselho, tal como apresentada. **Ordem do Dia:** Projeto  
448 Pedagógico Institucional da UFABC (PPI). Professora Denise Consonni comunica que mesmo  
449 não estando mais no prazo para sugestões, o Grupo de Trabalho tem recebido propostas de  
450 alteração no texto e considerou-se oportuno avaliar essas sugestões. Por esse motivo, em nome  
451 do Grupo de Trabalho, solicita a inversão da pauta, para que o item seja deliberado  
452 posteriormente. Professor Klaus esclarece que sendo solicitação da área demandante não é  
453 necessário votar, permanecendo, assim, o assunto na Ordem do Dia. Minuta de resolução que  
454 define as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da UFABC exercidas pelos docentes  
455 para subsidiar o estabelecimento de políticas e ações de desenvolvimento institucional. Professor  
456 Rodrigo relata o assunto informando que a avaliação do documento foi feita a partir das  
457 discussões neste Conselho e com o material atualizado ainda foi realizada reunião com a área  
458 demandante para esclarecimentos. Apresenta então, as sugestões para alteração do texto: a) a inclusão de um parágrafo único no Art. 3º com o texto: “Essas atividades devem constar nos respectivos planos de ensino e no portal do professor em campo próprio”; b) no Art. 4º onde se lê “Para o planejamento das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será contabilizada 1 (uma) hora por disciplina da graduação[...]”, leia-se “Para o planejamento e avaliação das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será contabilizada 1 (uma) hora por semana por disciplina da graduação[...]”; c) no Capítulo VII, Art. 10, inc. II onde se lê “A carga horária semanal das atividades de planejamento de ensino previstas no Art. 4º”, leia-se “A carga horária semanal das atividades de planejamento e avaliação de ensino previstas no Art. 4º”; d) no Capítulo VII, Art. 10, § 8º, onde se lê : “Caberá a cada dirigente zelar pela adequada forma de divulgação das informações do RAAD” leia-se “Caberá a cada dirigente zelar pela adequada forma de divulgação das informações do RAAD, sendo vedada a divulgação nominal e individual”; e) no Capítulo VII, Art. 10, § 6º, onde se lê “[...] e dos relatórios consolidados por Centro ou do setor [...]”, leia-se “[...] e dos relatórios consolidados por Centro e dos setores, [...]. Finaliza a relatoria com parecer favorável à aprovação com as alterações sugeridas. Professor Leonardo Steil, representante da área demandante, acata todas as propostas da relatoria. Em discussão, há questionamentos quanto à definição das atividades de extensão. É esclarecido que essas atividades são descritas e regulamentadas por resolução do Comitê de Extensão e Cultura (CEC), sendo que também pode ser apontado um paralelismo com as atividades de extensão pontuadas para fins de progressão docente. São feitas propostas de incluir, nos “considerando” deste documento, o Plano Nacional de Extensão Universitária, no qual constam os termos e definições necessários para sanar as dúvidas apontadas, incluir o texto “Participação e organização de eventos de cunho extensionista e cultural, [...]” no inciso III do Art. 7º, e, por fim, mencionar, no inciso VI, que se trata de atividades de extensão e cultura. Propostas são acatadas pelo demandante. Quanto à Tabela 2, Atividades de Pesquisa, Extensão e Cultura, Gestão e Esporádicas, propõe-se que o número de projetos de extensão e cultura seja contabilizado anualmente e não quadrimensalmente, como está proposto. Proposta acatada pelo demandante. Aponta-se não haver menção à atividade de estudo dirigido, ao que é informado que essa atividade encontra-se em discussão na Comissão de Graduação (CG) e ainda não está definido se será regulamentada ou extinta, por este motivo não foi incluída no documento. Professora Marcela Sorelli aponta que no Capítulo III, Art. 6º, o inciso I versa apenas sobre a pesquisa, propõe que seja duplicado e alterado para “I - Coordenação e participação em projetos de pesquisa” e “II - Coordenação e participação em projetos de inovação tecnológica”. Proposta

491 acatada. Assim, objetivando a manutenção da coesão, altera-se o nome do Capítulo para “Da  
492 pesquisa e da inovação”. É apontado que, no parágrafo 3º do Art. 10, está previsto que serão  
493 contabilizadas somente as atividades previstas no Art. 7º, devidamente registradas pela Pró-  
494 Reitoria de Extensão e Cultura ou outorgadas pelas agências de fomento; entretanto, a Resolução  
495 ConsUni nº160 afirma que o ateste de confecção de material didático ou divulgação científica  
496 pode ser realizado pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação ou Extensão e Cultura.  
497 Desse modo, é proposto que se unam os parágrafos 2º e 3º, do Art. 10, passando a ter novo texto,  
498 conforme segue: “Serão contabilizados os projetos e atividades previstos nos Art. 6º e 7º,  
499 devidamente registrados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Agência de Inovação, Pró-Reitoria de  
500 Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação ou Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou outorgado  
501 pelas agências de fomento.” Proposta acatada. Questiona-se se a carga horária disposta no Art.  
502 14 será considerada da maneira como está na resolução, semanalmente, ou se será uma média no  
503 quadriestre, considerando que existem os períodos de recesso. Ao que é esclarecido que se  
504 trata da letra da lei, mas que na prática será considerada a média. Após discussões e  
505 esclarecimentos, propõe-se novo texto para o artigo, como segue: “Considerando-se a estrutura  
506 didático pedagógica da UFABC, o docente deve cumprir no mínimo 288 horas anuais na soma  
507 das atividades de ensino-aprendizagem dos itens I e II do Art. 3º desta resolução”. Proposta é  
508 acatada pela área demandante. Aponta-se que o Art. 15 do Capítulo VIII faz menção ao Art. 12,  
509 entretanto, o correto é o 13, deve ser corrigido. Surgem questionamentos acerca do texto do Art.  
510 13, apontando que todos os docentes da UFABC são contratados em regime de dedicação  
511 exclusiva para trabalhar 40 horas semanais. Área demandante esclarece que esta é a jornada  
512 permitida por lei, que devem ser 8 horas de aula e as demais 32 horas devem ser dedicadas a  
513 outras atividades da Instituição. Ocorre ampla discussão acerca do Art. 4º e questionam se é  
514 possível diferenciar o tempo dedicado ao planejamento e correção de provas para turmas  
515 pequenas e grandes. É esclarecido que estas atividades adicionam uma hora por disciplina por  
516 semana, resultando em um aumento que, na visão do GT, contempla tanto as turmas numerosas  
517 quanto as pequenas. Após discussões e esclarecimentos, é realizada proposta de novo texto para  
518 o Art. 4º, conforme segue: “Para a avaliação das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será  
519 contabilizada 1,5 hora por semana por grupo de 60 discentes, ou uma quantidade de horas  
520 proporcional a isso para grupos maiores de discentes de graduação, pós-graduação ou extensão  
521 matriculados no final do quadriestre, não computados como atividade de ensino-aprendizagem.  
522 Para o planejamento das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será contabilizada uma hora  
523 por semana para disciplinas de 4 créditos, ou horas proporcionais para disciplinas com  
524 quantidades diferentes de créditos por semana para disciplinas da graduação, pós-graduação ou  
525 extensão, não computados como atividade de ensino-aprendizagem” e, ainda, o § 1º do Art. 10  
526 passa a ser posicionado abaixo do Art. 4º. Propostas são acatadas pela área demandante. Findos  
527 os questionamentos, o documento é votado e aprovado com 1 abstenção.-----  
528 Aos 9 dias do mês de novembro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos,  
529 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001,  
530 Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III sessão ordinária do Conselho  
531 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada e presidida pelo  
532 magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto  
533 Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alexandre Hiroaki  
534 Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Ana Cláudia Andreotti, representante suplente discente de  
535 pós-graduação; André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante suplente docente do Centro de

536 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro de  
537 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Bruno da Rocha Rodrigues  
538 Costa, representante discente de graduação; Charles Morphy Dias dos Santos, representante  
539 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Eduardo Peres Novais de Sá,  
540 representante docente do CCNH; Francisco de Assis Zampirolli, representante suplente docente  
541 do CMCC; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Giorgio Romano  
542 Schutte, representante docente do CECS; Igor Leite Freire, pró-reitor adjunto de pesquisa; Isis  
543 Mustafá de Assis, representante discente de graduação; Jeroen Schoenmaker, representante  
544 docente do CECS; João Gabriel Coelho, representante discente de graduação; José Antonio  
545 Souza, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de  
546 administração; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos; Leonardo José Steil,  
547 pró-reitor adjunto de graduação; Leonardo Lira Lima, representante dos técnicos administrativos;  
548 Luiza Fegadolli Nunes da Silva, representante suplente discente de graduação; Marcelo Bussotti  
549 Reyes, vice-diretor do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da  
550 comunidade civil; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos  
551 administrativos; Mauro Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Max Mário  
552 Fuheldorf, representante discente de pós-graduação; Paloma Breit dos Santos, representante  
553 discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos  
554 administrativos; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante docente do CMCC;  
555 Raquel Vecchio Fornari, representante suplente docente do CMCC; Rodrigo Luiz Oliveira  
556 Rodrigues Cunha, representante docente do CCNH; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sérgio  
557 Henrique Bezerra de Sousa Leal, representante docente do CCNH; Silvio Wenceslau Alves da  
558 Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas e Vitor Emanuel  
559 Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional. **Ausências**  
560 **justificadas:** Arilson da Silva Favareto, representante docente do CECS; Cedric Rocha Leão,  
561 representante docente do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC e Luis Paulo  
562 Bresciani, representante da comunidade civil. **Ausentes:** Jeroen Johannes Klink, representante  
563 docente do CECS e Luis Paulo Barbour Scott, representante docente do CMCC. **Não votantes:**  
564 Denise Consonni, coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do Pedagógico  
565 Institucional da UFABC (GT-PPI) e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio administrativo:**  
566 Thiene Pelosi Cassiavillani, chefe da Divisão de Conselhos em substituição e Daniely Dias  
567 Campos e Natália Paranhos Caoduro, assistentes em administração da Secretaria-Geral.  
568 Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h15,  
569 informando a ausência de professor Dácio Roberto Matheus e convidando professor Ronei  
570 Miotto a compor a Mesa. **Ordem do dia:** Projeto Pedagógico Institucional da UFABC (PPI). A  
571 relatora, Maria Isabel, inicia seu relato apresentando a definição de PPI: “um instrumento  
572 político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas e de gestão de  
573 uma Instituição de Ensino Superior, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional,  
574 vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos”. Então, apresenta o histórico de  
575 elaboração do documento e informa que está organizado de acordo com os três pilares  
576 institucionais: Interdisciplinaridade, Excelência e Inclusão Social, assim como os três pilares  
577 acadêmicos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda, menciona haver um novo elemento, que  
578 considera um eixo transversal: a gestão. Destaca dois termos que aparecem no documento e que  
579 foram extensivamente discutidos em instâncias anteriores: a) Bacharelado Interdisciplinar (BI),  
580 que se refere aos cursos já existentes na Instituição e b) Curso Interdisciplinar de Ingresso (CII),

que se refere a cursos de ingresso em geral. Em seguida, apresenta suas propostas de alteração e realiza suas considerações finais, parabenizando o GT que trabalhou arduamente na elaboração do documento, uma vez que se trata de um material riquíssimo e valioso para se conhecer e reconhecer a Instituição. Ainda, reflete que seria pertinente a avaliação dos 11 (onze) primeiros anos da UFABC, de modo a se verificar como construir a próxima década à luz desse documento. Por fim, ressalta a necessidade de um empenho institucional para divulgação e apropriação do documento por parte de todos os servidores e alunos. Com a palavra, professora Denise Consonni parabeniza a relatora por seu relato e pelas contribuições encaminhadas enquanto de sua elaboração, bem como os demais membros do GT, que, em seu período final, foi acrescido pela professora Cristina Fróes de Borja Reis. Em seguida, passa a comentar as propostas de alteração realizadas pela relatora: I) na página 11, onde se lê: “propõe-se a contribuir com a formação de professores para a educação básica, tanto em campos interdisciplinares quanto em áreas específicas do conhecimento;”, leia-se: “propõe-se a contribuir com a formação tanto inicial como continuada de professores para a educação básica, tanto em campos interdisciplinares quanto em áreas específicas do conhecimento;”. Acatado; II) nas páginas 12 e 13, onde se lê: “Tendo em vista que o ensino superior brasileiro abriga bacharelados e licenciaturas, a possível extensão do modelo para Licenciaturas Interdisciplinares pode propiciar novas perspectivas para a formação de professores.”, leia-se: “Tendo em vista que o ensino superior brasileiro abriga bacharelados e licenciaturas, a extensão do modelo para Licenciaturas Interdisciplinares pode propiciar novas perspectivas para a formação inicial de professores como também possibilitar a formação continuada para aqueles que já estão em sala de aula na Educação Básica, além de ações de extensão e cursos de pós-graduação tanto *lato sensu* como *stricto sensu*.”. Acatado; III) na página 14, onde se lê: “Além do aspecto relacionado à formação integral, a interdisciplinaridade produz outros efeitos positivos e de cunho mais pragmático à dinâmica universitária. Um desses aspectos é a possibilidade de múltiplas formações dos alunos, ou seja, seleções diferentes de disciplinas para o delineamento da formação além dos Cursos Interdisciplinares de Ingresso.”, leia-se: “Além do aspecto relacionado à formação integral, a interdisciplinaridade produz outros efeitos positivos e de cunho mais pragmático à dinâmica universitária. Um desses aspectos é a possibilidade de múltiplas formações dos alunos, ou seja, seleções diferentes de disciplinas para o delineamento da formação além dos Cursos Interdisciplinares de Ingresso (Bacharelados Interdisciplinares e/ou Licenciaturas Interdisciplinares).”. Acatado; IV) na página 16, onde se lê: “Os Cursos Interdisciplinares de Ingresso (Bacharelados Interdisciplinares ou Licenciaturas Interdisciplinares) formam uma base generalista de nível superior e são caracterizados como uma graduação por si só.”; leia-se: “Os Cursos Interdisciplinares de Ingresso formam uma base generalista de nível superior e são caracterizados como uma graduação por si só.”. Proposta acatada pelo GT; V) na página 16, onde se lê: “Assim, a partir do Bacharelado Interdisciplinar, o formando poderá ingressar diretamente no mercado de trabalho, ou poderá prosseguir em um ou mais cursos de formação específica de graduação dentro da própria universidade, aproveitando todas as disciplinas cursadas no Bacharelado Interdisciplinar.”, leia-se: “Assim, a partir do Curso Interdisciplinar de Ingresso, o formando poderá ingressar diretamente no mercado de trabalho, ou poderá prosseguir em um ou mais cursos de formação específica de graduação dentro da própria universidade, aproveitando todas as disciplinas já cursadas.”. Acatado; VI) na página 19, onde se lê: “Por definição, são consideradas de categoria livre, todas as disciplinas não citadas no Projeto Pedagógico de um dado curso, incluindo aquelas cursadas em outras instituições.”, leia-

626 se: “Por definição, são consideradas de categoria livre, todas as disciplinas não citadas no Projeto  
627 Pedagógico de um dado curso, incluindo aquelas cursadas em outras instituições, na pós-  
628 graduação e na extensão.”. Acatado; VII) na página 24, onde se lê: “Por princípio fundamental,  
629 os cursos de formação específica incluem necessariamente as disciplinas obrigatórias dos  
630 Bacharelados Interdisciplinares de ingresso, que apresentam conteúdo introdutório aos campos  
631 do conhecimento de cada eixo. O aluno somente pode se graduar em um curso de formação  
632 específica, uma vez integralizado o respectivo curso interdisciplinar de ingresso.”, leia-se: “Por  
633 princípio fundamental, os cursos de formação específica incluem necessariamente as disciplinas  
634 obrigatórias dos Bacharelados Interdisciplinares, que apresentam conteúdo introdutório aos  
635 campos do conhecimento de cada eixo. O aluno somente pode se graduar em um curso de  
636 formação específica, uma vez integralizado o respectivo Bacharelado Interdisciplinar.”. Acatado;  
637 VIII) na página 35, onde se lê: “Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação  
638 científica em geral.”, leia-se “Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação  
639 científica voltado para o público não especializado, não acadêmico e não universitário.” e na  
640 página 66, onde se lê: “Promoção e valorização da elaboração de material para divulgação  
641 científica em geral.”; leia-se “Promoção e valorização da elaboração de material para divulgação  
642 científica voltado para o público não especializado, não acadêmico e não universitário.”; Professora Denise considera que a definição restrinja por demais o que se pretende. Assim, o  
643 GT optou por não acatar a proposta. Após discussões, a relatora retira sua proposta e propõe-se  
644 uma nova redação para os trechos: a) página 35 – “Promover e valorizar a elaboração de material  
645 para divulgação científica e democratização do conhecimento”; b) página 66 – “Promoção e  
646 valorização da elaboração de material para divulgação e democratização do conhecimento”. A  
647 nova redação é acatada em consenso; IX) na página 46, onde se lê: “Há também estímulo e apoio  
648 institucional aos servidores técnico-administrativos para que realizem estudos de pós-graduação  
649 ou cursos de especialização, incrementando continuamente seu grau de aperfeiçoamento e  
650 qualificação.”, leia-se: “Há também estímulo e apoio institucional aos servidores técnico-  
651 administrativos para que realizem estudos de pós-graduação tanto *lato sensu* como *stricto sensu*  
652 ou cursos de capacitação, incrementando continuamente seu grau de aperfeiçoamento e  
653 qualificação.”. Acatado; X) nas páginas 46 - 47, onde se lê: “Neste item, ressalta-se o papel que a  
654 UFABC deve cumprir em ações relacionadas à formação de docentes em nível superior para a  
655 Educação Básica, no sentido de fomentar o aperfeiçoamento dos saberes inerentes à prática  
656 docente, em nível pedagógico e em nível específico na sua área de atuação.”, leia-se: “Neste  
657 item, ressalta-se o papel que a UFABC deve cumprir em ações relacionadas à formação inicial e  
658 continuada de docentes em nível superior para a Educação Básica, no sentido de fomentar o  
659 aperfeiçoamento dos saberes inerentes à prática docente, em nível pedagógico e em nível  
660 específico na sua área de atuação.”. Acatado; XI) na página 52, onde se lê: “O acesso à UFABC,  
661 tanto nos Bacharelados Interdisciplinares de ingresso na graduação quanto nos diversos cursos  
662 de pós-graduação é caracterizado pela oferta de oportunidades de forma democrática e justa a  
663 todos os representantes da sociedade e em todas as regiões do país.”, leia-se: “O acesso à  
664 UFABC, tanto nos Cursos Interdisciplinares de Ingresso na graduação quanto nos diversos  
665 cursos de pós-graduação é caracterizado pela oferta de oportunidades de forma democrática e  
666 justa a todos os representantes da sociedade e em todas as regiões do país.”. Acatado; XII) na  
667 página 55, onde se lê: “Para manter a política de inclusão universitária e diversidade social, sem  
668 comprometimento das restrições orçamentárias, da excelência dos cursos e da formação de seus  
669 alunos em qualquer um dos turnos, a UFABC dedica-se a estudos e propostas de alterações nas  
670

já flexíveis matrizas sugeridas em seus projetos pedagógicos de cursos, de forma a permitir alternativas e períodos de integralização compatíveis com as necessidades dos alunos que trabalham.”, leia-se: “Para manter a política de inclusão universitária e diversidade social, sem comprometimento em função das restrições orçamentárias [...].” Professora Denise concorda que haja necessidade de alteração do trecho e sugere a seguinte redação: “Para manter a política de inclusão universitária e diversidade social, atendendo as prerrogativas orçamentárias e sem comprometer a excelência dos cursos e a formação de seus alunos em qualquer um dos turnos, a UFABC dedica-se a estudos e propostas de alterações nas já flexíveis matrizas sugeridas em seus projetos pedagógicos de cursos, de forma a permitir alternativas e períodos de integralização compatíveis com as necessidades dos alunos que trabalham.”. A proposta de redação do GT é acatada pela relatora; XIII) na página 56, onde se lê: “O Ensino a Distância (EaD), presente na UFABC através de cursos de extensão e pós-graduação, bem como em disciplinas semipresenciais da graduação [...]”, leia-se: “O Ensino a Distância (EaD), presente na UFABC através de cursos de capacitação, de extensão e pós-graduação, bem como em disciplinas semipresenciais da graduação [...].” Acatado; XIV) na página 66, quanto à inclusão do ponto “8”, “Realização de pesquisas periódicas e avaliação permanente do PPI, com dados provenientes de sua implantação, de forma a utilizar os resultados para embasar futuras revisões, contando com a cumplicidade, parceria e capacidade em trabalhar cooperativamente, de todos os membros da comunidade universitária.”, não considera necessária, uma vez que deveria ser uma política institucional e não uma meta para o cumprimento do PPI. Neste momento, a representante discente de graduação, Luiza, discorre acerca da inviabilização de realização das atividades do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFABC e da Associação Atlética Acadêmica XI de Setembro (AXIS), por meio do desligamento da energia e da internet dos espaços utilizados pelas instituições em que funcionavam serviços de cantina e de copiadora, afirmando haver diversos estudantes mobilizados para discutir uma Moção a esse respeito. Passa a palavra para o discente João Gabriel, que afirma que a interrupção desses serviços inviabiliza todas as atividades realizadas pelas entidades, como a promoção de eventos de coletivos negros e LGBT, bem como a oferta de cursos e atividades esportivas aos estudantes. Em seguida, realiza a leitura da Moção [cuja íntegra se encontra no Anexo II desta ata]. Professor Klaus informa que não se trata de uma proibição das atividades das entidades estudantis, mas da realização de atividades comerciais dentro da Universidade sem a realização de licitação, o que se configura em crime contra a Administração Pública. Explica que a energia e a internet foram desligadas, pois mesmo após diversas notificações, que se iniciaram no ano de 2016, as atividades comerciais não foram cessadas. Nesse contexto, acrescenta que a Gestão viu-se diante de três opções: tornar-se corresponsável por um crime contra a Administração Pública; solicitar judicialmente a reintegração de posse; ou tomar medidas internas cabíveis para garantir que as atividades comerciais ilegais não fossem mais realizadas. Por fim, afirma que a Gestão já se colocou à disposição para auxiliar as entidades a encontrarem meios para obterem recursos de maneira legal. Ainda, compromete-se com a criação de um GT para estudar o caso. Após discussões, levanta-se Questão de Ordem para que, nesse momento, debata-se apenas a criação do GT, uma vez que uma deliberação nesse sentido seria mais rápida do que a discussão acerca da moção proposta. Professor Klaus afirma que, após a discussão do PPI, será colocado ao Conselho, para deliberação, se aceita a inclusão da moção na pauta e também do GT. Caso o Conselho delibere pela discussão do assunto nesta reunião, assim ocorrerá e, caso contrário, os discentes poderão propor o assunto pelos procedimentos usuais de inclusão de itens em pauta.

716 Retornando-se à discussão do PPI, a palavra é passada para professor Gilberto Martins, que  
717 realiza a leitura da Moção sobre a proposta do novo PPI do Conselho do CECS [cuja íntegra  
718 encontra-se no Anexo III desta ata] a respeito da determinação de que os cursos possam contar  
719 com, no máximo, 75% de créditos de disciplinas obrigatórias. Ele afirma que os egressos dos  
720 cursos de Engenharia poderão enfrentar diversos problemas na obtenção de atribuições  
721 profissionais junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo  
722 (CREA-SP). Após discussões, realizam-se as seguintes propostas para esse trecho: a) quanto ao  
723 verbo: (i) determinar; (ii) recomendar - proposta secundada e (iii) desejar – proposta retirada  
724 pelo proponente; b) quanto à porcentagem: (A) 75% para todos os cursos – proposta original; (B)  
725 75% para os cursos de até 4 anos de duração e 80% para os cursos com mais 4 anos de duração -  
726 proposta secundada e (C) 70% para todos os cursos – proposta secundada. Professor Klaus  
727 encaminha para deliberação, primeiramente, a ordem em que as propostas serão votadas, sendo:  
728 I) quanto à porcentagem e II) quanto ao verbo. Após votação, o Conselho decide que deliberará,  
729 inicialmente, acerca do verbo, com 22 votos favoráveis à proposta “II”. Prossegue-se à votação  
730 das propostas acerca do verbo, conforme: (i) que o PPI determine a quantidade máxima de  
731 créditos de disciplinas obrigatórias nos cursos; e (ii) que o PPI recomende a quantidade máxima  
732 de créditos de disciplinas obrigatórias nos cursos. Em votação, a proposta “i” é aprovada com 15  
733 votos favoráveis, 14 votos favoráveis à proposta “ii” e 4 abstenções, deliberando-se, portanto,  
734 que o PPI deve determinar a quantidade máxima de créditos de disciplinas obrigatórias nos  
735 cursos. Em seguida passa-se à deliberação acerca da porcentagem. Inicialmente, professor Klaus  
736 encaminha para votação as duas novas propostas, a saber: (B) 75% para os cursos de até 4 anos  
737 de duração e 80% para os cursos com mais 4 anos de duração e (C) 70% para todos os cursos.  
738 Em votação, a proposta “B” obteve 11 votos favoráveis, a proposta “C” obteve 4 votos  
739 favoráveis e houve 15 abstenções. Delibera-se, então, pela proposta “B”. Prossegue-se à próxima  
740 etapa de votação acerca das porcentagens, entre a proposta original (“A”) e a proposta “B”. Em  
741 votação, a proposta “A”, ou seja, a de que se determine que os cursos possam contar com, no  
742 máximo 75% de créditos de disciplinas obrigatórias, obteve 19 votos favoráveis, a proposta “B”  
743 obteve 9 votos favoráveis e houve 4 abstenções, sendo, então, aprovada a proposta “A”.  
744 Continuando-se as discussões, realizam-se as seguintes propostas: 1) na página 16, onde se lê:  
745 “Os Bacharelados Interdisciplinares são balizados no pensamento científico e com um bom  
746 domínio de diversas tecnologias básicas relevantes (como as computacionais, por exemplo),  
747 visando [...]”, leia-se: “Os Bacharelados Interdisciplinares são balizados no pensamento  
748 científico e com um bom domínio de diversos conhecimentos básicos relevantes (como as  
749 computacionais, por exemplo), visando [...].” A relatora, em conjunto com a área demandante,  
750 realiza uma nova proposta para o trecho, de modo que se leia: “Os Bacharelados  
751 Interdisciplinares são balizados no pensamento científico e com um bom domínio de diversos  
752 conhecimentos básicos relevantes, visando [...].” A nova proposta é acatada em consenso; 2) na  
753 página 62, onde se lê: “Cumprimento do papel crítico da sociedade, resgatando a valorização  
754 cultural e não puramente econômica da formação superior.”, leia-se: “Fomento ao papel crítico  
755 na sociedade, resgatando a valorização cultural e não puramente econômica da formação  
756 superior.” Acatado; e 3) na página 62, acréscimo de um novo item 1 com a seguinte redação:  
757 “Compromisso permanente com a excelência acadêmica.”. Acatado. Em meio às discussões,  
758 levanta-se Questão de Ordem para que o debate acerca do PPI seja interrompido, de modo que se  
759 passe a discutir o Grupo de Trabalho que irá verificar soluções para a questão do funcionamento  
760 de serviços comerciais nos espaços sob responsabilidade das entidades estudantis. Após

761 manifestações dos conselheiros, a suspensão da discussão acerca do PPI é encaminhada para  
762 votação e aprovada com 15 votos favoráveis, 8 votos contrários à suspensão e 1 abstenção. Com  
763 a palavra, o discente Carlos agradece os conselheiros pela abertura do espaço para diálogo.  
764 Relata que a tentativa de regulamentação do DCE e da AXIS iniciou-se há bastante tempo e que  
765 a ocupação do ConsUni nesta data é a última tentativa de solução do problema, uma vez que  
766 nenhuma das entidades mencionadas está funcionando no momento, pois todos seus espaços  
767 estão sem energia elétrica e ponto de internet e não apenas aqueles espaços em que há atividade  
768 comercial. Em discussão, é proposto que os discentes suspendam a discussão da moção de apoio  
769 às entidades estudantis e que, pela celeridade, seja discutida, apenas, a composição do GT que se  
770 debruçará sobre o tema. Propõe-se, ainda, que os alunos se comprometam a interromper as  
771 atividades comerciais sob sua responsabilidade e, sob essa condição, a Reitoria normalize o  
772 fornecimento de energia elétrica e o acesso à internet. Professor Klaus explica que tal proposta já  
773 foi realizada duas vezes pela própria Reitoria, mas que não foi aceita pelos estudantes. Com a  
774 palavra, a representação discente acata a nomeação do GT nesta sessão, porém, esclarece que  
775 não retira a moção de pauta, apenas acata que ela seja discutida na continuação da sessão. Ainda,  
776 afirma-se haver documentos que devem ser analisados pelo Conselho e não apenas pela Reitoria.  
777 Em seguida, passa-se à definição da composição do GT, momento em que são realizadas as  
778 seguintes indicações: a) representação discente: Isis Mustafá de Assis e Bruno da Rocha  
779 Rodrigues Costa; b) representação técnico-administrativa: Renata Silva e Leonardo Lira Lima e  
780 c) representação docente: Alessandra Teixeira e Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior.  
781 Professor Klaus informa que a Reitoria fornecerá ao GT toda documentação legal de que dispõe.  
782 Ainda, questiona-se o prazo para finalização dos trabalhos desse GT. Em consenso, os  
783 conselheiros definem que os resultados do GT serão apresentados ao ConsUni, em sua IV sessão  
784 ordinária, a ser realizada em 12 de dezembro. Professor Klaus reitera a proposta já realizada pela  
785 Reitoria e compromete-se a religar, de maneira irrestrita e imediata, a energia elétrica e os pontos  
786 de internet nos espaços, desde que neles não ocorram mais atividades comerciais. Quanto aos  
787 encaminhamentos da reunião, informa que o resultado do GT será apreciado pelo ConsUni na IV  
788 sessão ordinária e que a moção não será discutida nesta data. Quanto à proposta da Reitoria, a  
789 representação discente informa que apresentará sua resposta quando da discussão sobre a  
790 proposta de moção e solicita que a energia e os pontos de internet sejam religados, ao menos, na  
791 sala administrativa das entidades. Professor Klaus informa que a Reitoria não solicitou o corte  
792 naquele espaço e que, caso seja tecnicamente possível, solicitará às áreas responsáveis que  
793 normalizem o fornecimento. Ainda, reitera que a proposta de moção está na Ordem do Dia da  
794 sessão, mas será discutida ao seu final, após a discussão sobre a criação das Licenciaturas  
795 Interdisciplinares. Verificado o fim do quórum, o presidente agradece a presença de todos, e  
796 encerra a sessão às 17h51, informando que a sua continuação está agendada para o dia 21 de  
797 novembro, às 14h.

---

798 Aos 21 dias do mês de novembro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos,  
799 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sítia à Av. dos Estados, 5001,  
800 Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III sessão  
801 ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada  
802 pelo magnífico reitor, Klaus Capelle e presidida pelo vice-reitor, Dácio Roberto Matheus, com a  
803 presença dos seguintes **conselheiros**: Ana Lígia Scott, representante docente do Centro de  
804 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); André Ricardo Oliveira da Fonseca,  
805 representante suplente docente do CMCC; Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro de

806 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Cedric Rocha Leão,  
807 representante docente do CECS; Charles Morphy Dias dos Santos, representante docente do  
808 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Everaldo Carlos Venâncio, representante  
809 suplente docente do CECS; Fernando Costa Mattos, pró-reitor de assuntos comunitários e  
810 políticas afirmativas; Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH;  
811 Fernando Rocha Nogueira, representante suplente docente do CECS; Igor Leite Freire, pró-reitor  
812 adjunto de pesquisa; Isis Mustafá de Assis, representante discente de graduação; Itana  
813 Stiubiener, representante docente do CMCC; João Gabriel Coelho, representante discente de  
814 graduação; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Kleber Ferreira,  
815 representante dos técnicos administrativos; Luciano Soares da Cruz, representante suplente  
816 docente do CCNH; Luiza Fegadolli Nunes da Silva, representante suplente discente de  
817 graduação; Marcelo Bussotti Reyes, vice-diretor do CMCC; Maria Isabel Mesquita Vendramini  
818 Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Paloma Breit dos Santos, representante  
819 discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos  
820 administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Rafael Ribeiro Dias Vilela de  
821 Oliveira, representante docente do CMCC; Renata Silva, representante suplente dos técnicos  
822 administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sérgio Henrique Bezerra de Sousa Leal,  
823 representante docente do CCNH; Stephanie Sampronha, representante suplente discente de pós-  
824 graduação; Tatiana Lima Ferreira, representante docente do CMCC; Vitor Emanuel Marchetti  
825 Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional e Yossi Zana,  
826 representante docente do CMCC. **Ausências justificadas:** Daniel Pansarelli, pró-reitor de  
827 extensão e cultura; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Giorgio  
828 Romano Schutte, representante docente do CECS e Luis Paulo Bresciani, representante da  
829 comunidade civil. **Ausentes:** Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Arilson da  
830 Silva Favareto, representante docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante  
831 docente do CECS; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Maria Elisa Ravagnani  
832 Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil e Thiago Leite Gonçalves, representante  
833 discente de pós-graduação. **Não votantes:** Alexandre de Freitas, docente; Denise Consonni,  
834 coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do PPI da UFABC (GT-PPI);  
835 Hugo Allan Matos, docente da Universidade Metodista de São Paulo; Marcelo Zanotello,  
836 membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do  
837 Magistério da Educação (COMFOR); Marília Mello Pisani, docente e Soraya Cordeiro,  
838 secretária-geral. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de  
839 Conselhos, Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália  
840 Paranhos, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente  
841 em exercício, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h21, justificando a ausência do  
842 professor Klaus Capelle, que se encontra em uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes  
843 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em Brasília para uma audiência pública  
844 da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública para discutir questões concernentes ao  
845 Orçamento 2018. No ensejo, convida o professor Ronei Miotto para compor a Mesa. **Ordem do**  
846 **dia.** **Projeto Pedagógico Institucional da UFABC (PPI).** Iniciadas as discussões, professor Ronei  
847 solicita apresentar novamente os argumentos proferidos na reunião anterior de modo a embasar a

848 sua proposta de supressão de toda e qualquer menção às Licenciaturas Interdisciplinares (LI) no  
849 PPI. Ele explica os modelos americano e europeu da educação superior e os compara aos  
850 modelos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Ainda, tece comentários  
851 acerca da UFABC e seu Projeto Pedagógico (PP), comparando-a a outras IFES. Apresenta as  
852 definições de Bacharelado Interdisciplinar (BI) e LI realizando um comparativo entre os dois  
853 cursos. Opina que, por meio da LI como curso de entrada, a UFABC caminha na direção das  
854 outras instituições, uma vez que a definição de sua carreira acontece no momento de ingresso,  
855 considerando que o discente somente poderá realizar uma licenciatura. Argumenta ainda que,  
856 com as LI, iniciar-se-ia uma entrara seriada na UFABC. Por fim, após discussões e  
857 manifestações contrárias e favoráveis à proposta, ela é secundada e, em votação, não é aprovada,  
858 pois obteve 17 votos contrários e 6 abstenções. Não havendo mais manifestações, o documento,  
859 em sua totalidade, considerando todas as alterações aprovadas, é encaminhado para votação e  
860 aprovado com 3 votos contrários e 2 abstenções. Criação das Licenciaturas Interdisciplinares.  
861 Professor Everaldo, lê a relatoria do professor Jeroen Schoenmaker. Então, professor Dácio  
862 ressalta que as discussões nesta Instância devem ater-se aos aspectos de análise do ConsUni, ou  
863 seja, avaliar a adesão da proposta ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC,  
864 assim como as exigências de infraestrutura e de recursos humanos para a sua implementação.  
865 Explica que, no caso da criação do curso, a presidência deste Conselho deverá nomear um Grupo  
866 de Trabalho (GT) que será responsável pela elaboração do PP. Em discussão, é questionado se a  
867 criação do curso implica na aprovação de sua oferta, ao que se esclarece que não, pois a oferta  
868 dependerá da sua inclusão no Edital de Ingresso, a ser aprovado pelo ConsEPE. Professor  
869 Marcelo Zanotello, representante da área demandante, realiza considerações acerca da relatoria,  
870 informando que a Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (LCNM) já pode ser ofertada  
871 com a atual estrutura da Universidade, entretanto, a Licenciatura em Humanidades (LH) tem  
872 carência de alguns docentes. Acrescenta que a matriz curricular ainda está aberta, sendo que a  
873 que foi apresentada foi criada apenas para subsidiar a estimativa de demanda docente e, caso  
874 necessário, este número pode ser diminuído. Com relação às recomendações específicas por  
875 parte da relatoria, as considera pertinentes e possíveis de serem atendidas. Ainda, aponta que, em  
876 relação à criação de cursos específicos na área de Humanidades, a Licenciatura em História foi  
877 aprovada pela Comissão Julgadora, quando também foi proposta uma flexibilização para que o  
878 estudante que ingressar pelas Licenciaturas possa, se desejar, cursar o Bacharelado. Aponta, por  
879 fim, que as Licenciaturas Interdisciplinares são cursos completos e, desse modo, não acredita ser  
880 necessário ter como condicionante a criação de outros cursos específicos. Então, professor Dácio  
881 informa que, no caso da criação das LI, a Reitoria viabilizará, para este curso, 8 vagas para  
882 docentes permanentes. Professora Paula Tiba esclarece acerca da transição de alunos entre  
883 cursos, explicando que esse processo já é previsto para os BI, porém existem algumas restrições  
884 que devem ser observadas. Aponta que é imprescindível atentar-se em não criar disciplinas que  
885 sobreponham as já existentes e, portanto, salienta que, se este Conselho decidir pela criação do  
886 curso, devem ser colocadas recomendações e diretrizes ao ConsEPE. Alguns conselheiros  
887 apontam suas preocupações com aspectos estruturais da UFABC e dos cursos existentes. A área  
888 demandante esclarece que as disciplinas foram estruturadas visando a aproveitar da melhor  
889 maneira possível os recursos disponíveis e, ainda, afirma que, no caso da mobilidade estudantil,

890 considera bom que seja realizado da mesma forma dos BI. Acrescenta que seria desejável que o  
891 discente formado em um Curso Interdisciplinar de Ingresso pudesse realizar qualquer curso  
892 específico, mesmo que ligado a outro curso. É esclarecido que esta possibilidade já foi analisada  
893 anteriormente para os BI e concluiu-se ser muito custoso, mas seria necessário realizar o estudo  
894 para as LI. Aponta-se a importância que o curso teria na formação de professores e,  
895 consequentemente, na reestruturação do Ensino Médio. Também são discutidos aspectos acerca  
896 da possibilidade da criação de outros cursos pós Licenciatura em Humanidades. Propõe-se que as  
897 LI adotem o mesmo processo de compartilhamento de disciplinas que os BI, que incluíram,  
898 como disciplinas de opção limitada em um dos Bacharelados, as obrigatórias do outro.  
899 Conselheiros são favoráveis à sugestão, mas manifestam preocupação com a locomoção dos  
900 discentes entre os *campi*. Professor Marcelo Zanotto informa que esta proposta já é  
901 parcialmente atendida, pois, inicialmente, prevê-se que metade dos créditos obrigatórios são  
902 atrelados a disciplinas compartilhadas dos BI. Questiona-se acerca da viabilidade em se ter  
903 apenas uma Licenciatura Interdisciplinar de Ingresso, não as separando em Licenciaturas em  
904 Ciências Naturais e Matemática e Licenciatura em Humanidades, ao que é esclarecido que a  
905 entrada para as LI ocorre por um curso de Licenciatura unificado e, mais tarde, o discente define  
906 para qual área seguirá. Durante as discussões, são realizadas as seguintes propostas: (i)  
907 recomendar que, para o Projeto Pedagógico, haja o compartilhamento de disciplinas com os BI,  
908 em comum acordo com o GT da Comissão de Graduação. Proposta é acatada pela área  
909 demandante; (ii) condicionar a oferta do curso à formalização dos ajustes de vagas dos BI, e ao  
910 estabelecimento, no ConSEPE, das condições de transição entre os BI e as LI, tal como à revisão  
911 das licenciaturas específicas. Proposta é acatada pela área demandante; (iii) são colocadas em  
912 votação as propostas: a) recomendar a inclusão de uma nova licenciatura pós-LH – 19 votos  
913 favoráveis; e b) condicionar a oferta do curso à inclusão de uma nova licenciatura pós-LH – 5  
914 votos favoráveis, havendo, ainda, 1 abstenção. Desse modo, a proposta “a” é aprovada; (iv) é  
915 realizada a proposta de condicionar a oferta ao requisito “O tempo para integralização para o  
916 discente que optar por cursar uma licenciatura e bacharelado correlatos (além da LI) não deve ser  
917 superior ao tempo necessário para os integralizar atualmente (além do BI.)”. Proposta acatada  
918 pela área demandante. Entretanto, após discussões, proponente acredita que será preferível que a  
919 proposta seja uma recomendação. Então o Conselho, por 2 votos contrários e 1 abstenção, decide  
920 reconsiderar esta decisão e são feitas as propostas de: (I) Recomendação, com a redação: “O  
921 tempo para integralização para o discente que optar por cursar uma licenciatura e bacharelado  
922 correlatos (além da LI) não deve ser superior ao tempo necessário para os integralizar atualmente  
923 (além do BI.)”, 16 votos favoráveis; e (II) condicionante, com o texto: “O tempo para  
924 integralização para o discente que optar por cursar uma licenciatura e bacharelado correlatos  
925 (além da LI) não deve ser superior a 120% do tempo necessário para os integralizar atualmente  
926 (além do BI)”, 8 votos favoráveis. Portanto, aprova-se o texto (I), recomendação. Findas as  
927 discussões e os esclarecimentos, o documento, com as alterações aprovadas, é votado e aprovado  
928 com 1 voto contrário. Moção de apoio às entidades estudantis. A área demandante solicita que o  
929 item seja deliberado ao final da pauta, como último item do Expediente. Nesse momento, nota-se  
930 não haver mais quórum para prosseguimento da reunião. Não havendo possibilidade de  
931 agendamento de nova continuação, a sessão é dada por encerrada e os assuntos restantes serão

932 absorvidos pela pauta da IV sessão ordinária deste Conselho. Como nenhum dos participantes  
933 deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às  
934 17h57. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos,  
935 Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva, e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos  
936 Caoduro, assistentes em administração da Divisão de Conselhos, em conjunto com a secretária-  
937 geral, Soraya Cordeiro, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo presidente, Klaus  
938 Capelle e pelos demais presentes à sessão. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da  
939 palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h07.

**Fabiane de Oliveira Alves**  
Chefe da Divisão de Conselhos

**Daniely Dias Campos**  
Assistente em Administração

**Natália Paranhos Caorduro**  
Assistente em Administração

**Thiene Pelosi Cassiavillani**  
Secretária Executiva

**Soraya Cordeiro**  
Secretária-Geral

## Anexo I

### Nota de Pesar

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), profundamente consternada, comunica o trágico falecimento do Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorrido na manhã desta segunda-feira.

O sentimento de pesar compartilhado por todos (as) os (as) reitores (as) das Universidades Públicas Federais, neste momento, é acompanhado de absoluta indignação e inconformismo com o modo como o reitor Cancellier foi tratado por autoridades públicas ante a um processo de apuração de atos administrativos, ainda em andamento e sem juízo formado. É inaceitável que pessoas investidas de responsabilidades públicas de enorme repercussão social tenham a sua honra destroçada em razão da atuação desmedida do aparato estatal.

É inadmissível que o país continue tolerando práticas de um Estado policial, em que os direitos mais fundamentais dos cidadãos são postos de lado em nome de um moralismo espetacular.

É igualmente intolerável a campanha que os adversários das universidades públicas brasileiras hoje travam, desqualificando suas realizações e seus gestores, como justificativa para suprimir o direito dos cidadãos à educação pública e gratuita.

Infelizmente, todos esses fatos se juntam na tragédia que hoje temos que enfrentar com a perda de um dirigente que, por muitos anos, serviu à causa pública. A ANDIFES manifesta a sua solidariedade aos familiares, à comunidade universitária da UFSC e aos amigos do reitor Cancellier. Continuaremos lutando pelo respeito devido às universidades públicas federais, patrimônio de toda a sociedade brasileira.

Brasília, 02 de outubro de 2017.

## Anexo II

### MOÇÃO DE APOIO ÀS ENTIDADES ESTUDANTIS

As entidades estudantis são historicamente importantes ferramentas de democratização da Universidade Brasileira e luta dos estudantes por direitos. Atuando no sentido de garantir o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo no território nacional, a União Nacional dos Estudantes foi também uma entidade importante na defesa dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro, na redemocratização do país, na defesa da nacionalização do petróleo e dos nossos recursos naturais.

Na UFABC, o Diretório Central dos Estudantes cumpre a função de promover atividades de integração, sociais, políticas e culturais, ao lado dos diversos coletivos, entidades e organizações estudantis. Assim como a AXIS promove integralmente o esporte no interior de nossa universidade. Sem essas entidades, a UFABC não teria a vida e participação ativa dos estudantes na sua construção e consolidação.

Este conselho reconhece, portanto, a legitimidade e autonomia das entidades estudantis na garantia da gestão democrática da universidade, assim como as atividades que autofinanciam as práticas sociais, culturais e esportivas dos estudantes e determina:

1. A formação do Grupo de Trabalho para estudar e apresentar alternativas de consolidação legal do espaço físico das entidades e das atividades de autofinanciamento. Este GT será composto por membros deste Conselho/indicados, com paridade entre as categorias e de gênero. O prazo de apresentação dos trabalho do grupo é xx de xxx de 2018, em sessão.

2. que as atividades das entidades estudantis serão garantidas, com a normalização total e imediata da energia elétrica e pontos de internet no espaço até a entrega do resultado dos trabalhos do GT eleito.

### Anexo III

#### Moção sobre a proposta do novo PPI

O CONSELHO DO CENTRO DE ENGENHARIA, MODELAGEM E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, reunido no dia 09/10/2017, analisando o impacto que a aprovação do novo PPI terá nos cursos de formação específica, vem solicitar a retirada de pauta desse item, permitindo que esse assunto seja melhor discutido nos Conselhos de Centro e na Comissão de Graduação.

A proposta do novo PPI prevê que cada curso de formação específica possa ter no máximo 75% de créditos obrigatórios. Atualmente nenhum dos oito cursos de engenharia atende a esses percentuais, além do curso de economia. Tratam-se de profissões regulamentadas por Conselhos que dão atribuições profissionais vinculadas às disciplinas obrigatórias específicas de cada curso. Para manter as atribuições profissionais mínimas a nossos egressos, teríamos que aumentar o número de créditos totais dos cursos, o que contrariaria também as diretrizes institucionais de que os cursos devam ter o número mínimo de horas exigido.

Ressalta-se também que está em curso um processo de alteração do número de disciplinas obrigatórias dos bacharelados interdisciplinares (de 47 para 35% no caso do BC&T). Mesmo que isso ocorra e disciplinas que atualmente são obrigatórias no BC&T deixem de sê-lo, essas ainda poderão ser mantidas como obrigatórias nos cursos, fazendo parte dos 75% obrigatórias, mesmo não conferindo nenhuma atribuição junto aos Conselhos.

Paralelamente a isso, o MEC está revendo as diretrizes curriculares das Engenharias, o que também deverá impactar no conjunto de disciplinas consideradas obrigatórias.

VIII Reunião Ordinária, 09 de outubro de 2017.